

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

AUDITORIA-GERAL

**SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE AUDITORIA EM
FINANÇAS PÚBLICAS**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - CGE

Auditoria-Geral - AUGE

Superintendência Central de Auditoria em Finanças Públicas - SAFIP

Diretoria de Auditoria Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial - DAOF

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1190.1313.17

“Relatório de Gestão Fiscal - RGF, relativo ao 2º quadrimestre de 2017”

2017



SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	3
2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3
3 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (ANEXO I do RGF).....	4
4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (ANEXO II do RGF)	4
5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES (ANEXO III do RGF)	5
6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (ANEXO IV do RGF)	6
7 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF (ANEXO VII do RGF)	6
8 - CONCLUSÃO	7



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1190.1313.17

Em cumprimento às disposições estabelecidas pelo art. 48 da Lei nº 22.257, de 27/07/2016, e pelo Decreto nº 47.139, de 24/01/2017, apresentamos os resultados da revisão dos demonstrativos que compõem o **Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 2º quadrimestre de 2017**, elaborado pela Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda (SCCG/SEF), em obediência aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e à Instrução Normativa nº 05/2001 do TCEMG, que regulamenta os procedimentos relativos à Lei Complementar nº 101/2000.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com base nos procedimentos definidos na 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016.

Nossos exames foram baseados exclusivamente nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI) e nos documentos encaminhados pela SCCG/SEF. Não foram executados testes de auditoria para avaliar a fidedignidade dos registros existentes, em função do prazo exíguo para elaboração deste relatório.

A realização dos trabalhos ficou a cargo da Diretoria de Auditoria Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial, unidade integrante da Auditoria-Geral da Controladoria-Geral do Estado.

2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada ao final do 2º quadrimestre de 2017 somou **R\$ 56.237.979.511,12** montante utilizado como parâmetro para cálculo dos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, aferidos no final do mesmo período.



3 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (ANEXO I do RGF)

A despesa bruta com pessoal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, no período de setembro de 2016 a agosto de 2017, foi de **R\$ 41.104.281.472,73**. Consideradas as deduções, a despesa líquida com pessoal alcançou o valor de **R\$ 27.210.236.165,38**, o que equivale a **48,38%** da RCL apurada para o mesmo período, superando assim, o limite prudencial, conforme demonstrado:

Despesa com Pessoal	Liquidada	Inscrita em RPNP	Cancelamento RPNP	Total	% Sobre a RCL
Despesa Bruta com Pessoal	41.086.951.939,65	20.252.158,36	(2.922.625,28)	41.104.281.472,73	
Despesa Total Líquida com Pessoal - DTP	27.206.782.664,17	6.370.611,74	(2.917.110,53)	27.210.236.165,38	48,38
Despesa Total com Pessoal - DTP - Instrução Normativa TCE/MG nº 05/2001	21.729.753.685,69	3.453.501,21		21.733.207.186,90	38,65%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)				27.556.609.960,45	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)				26.178.779.462,43	46,55

Fonte: ANEXO I do RGF relativo ao 2º Quadrimestre 2017.

Quanto ao demonstrativo da despesa com pessoal, destaca-se a seguinte constatação:

→ Deduziu-se da despesa bruta com pessoal os valores das despesas com Inativos e Pensionistas, custeados com recursos da fonte 58.5, a partir de março de 2011 (Parecer nº 15.088, de 27 de maio de 2011, da Advocacia-Geral do Estado).

Em observância à Instrução Normativa nº 05/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a despesa líquida com pessoal foi calculada em **R\$ 21.733.207.186,90**, correspondendo a **38,65%** da RCL.

4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (ANEXO II do RGF)

A Dívida Consolidada Bruta do Estado de Minas Gerais, no encerramento do 2º quadrimestre de 2017, totalizava **R\$ 107.215.617.164,53**. Deduzidas as disponibilidades financeiras, a Dívida Consolidada



Líquida atingiu o valor de **R\$ 98.998.751.063,49**, o que corresponde a **176,04%** da RCL apurada ao final do mesmo período, conforme demonstrado abaixo:

Dívida Consolidada	Valor - R\$	% Sobre a RCL
Dívida Consolidada - DC (I)	107.215.617.164,53	190,65
Deduções da Dívida Consolidada (II)	(8.216.866.101,04)	
Dívida Consolidada Líquida (I - II)	98.998.751.063,49	176,04
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	112.475.959.022,24	200,00
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	101.228.363.120,02	180,00

Fonte: ANEXO II do RGF relativo ao 2º Quadrimestre 2017.

Na análise da dívida consolidada e da dívida consolidada previdenciária¹ não foi possível certificar os saldos das respectivas contas em decorrência da mudança de critério de apuração dos saldos relativos ao regime previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), conforme Nota Técnica nº 31-A/2014, da Subsecretaria do Tesouro Estadual – STE/SEF, que tratou sobre a “distinção de recursos previdenciários das demais disponibilidades, propiciando uma melhor evidenciação da realidade concreta de recursos previdenciários do Estado de Minas Gerais”, citada no Relatório de Auditoria nº 1190.0152.15, do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (ANEXO V) relativo ao 3º quadrimestre de 2014.

5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES (ANEXO III do RGF)

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Minas Gerais, referente ao 2º quadrimestre de 2017, foi de **R\$ 1.088.762.135,34**, o que corresponde a **1,94%** da RCL apurada no encerramento do período, conforme demonstrado a seguir:

¹ De acordo com a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – Síntese das alterações, Parte III – RREO, Anexo V – Demonstrativo do Resultado Nominal; cita-se a adequação ao Demonstrativo da Dívida Consolidada – Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal, a exclusão do quadro referente ao resultado nominal do regime previdenciário.



Garantias de Valores	Valor - R\$	% Sobre a RCL
Total das Garantias	1.088.762.135,34	1,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.372.355.492,45	22

Fonte: ANEXO III do RGF relativo ao 2º Quadrimestre 2017.

6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (ANEXO IV do RGF)

As operações de crédito realizadas pelo Estado de Minas Gerais somaram, no 2º quadrimestre de 2017, **R\$ 50.123.706,19** correspondendo a **0,09 %** da RCL apurada para o mesmo período, não tendo ocorrido o ingresso de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, conforme detalhado abaixo:

Operações de Crédito	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	50.123.706,19	0,09
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.998.076.721,78	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.936.658.565,78	7,00

Fonte: ANEXO IV do RGF relativo ao 2º Quadrimestre 2017.

7 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF (ANEXO VII do RGF)

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal evidenciou as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores e das Operações de Crédito.



8 - CONCLUSÃO

Com base nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI), bem como nos documentos encaminhados pela SCCG/SEF, os índices apurados para o 2º quadrimestre de 2017, em relação à RCL foram: 48,38% para as Despesas com Pessoal; 176,04% para a Dívida Consolidada Líquida; 1,94% para as Garantias e Contragarantias de Valores; e 0,09% para as Operações de Crédito.

Auditoria-Geral / Controladoria-Geral do Estado, em Belo Horizonte, aos 22 de setembro de 2017.